

Introdução

Juliana Gesuelli Meirelles

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEIRELLES, J. G. Introdução. In: *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 1-23. ISBN 978-85-68576-87-8. <https://doi.org/10.7476/9788568576878.0001>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Apenas se anunciou na capital e nas províncias, que se achava em perigo a sua vida, jamais se viu manifestar-se o amor público de maneira menos equívoca: cada um dos portugueses caiu enfermo com o príncipe do Brasil. Isto era natural: os destinos da nossa pátria achando-se intimamente ligados aos seus destinos, à saúde de SAR, e à saúde pública vinham a ser a mesma coisa. Convencidos da mesma importância, importunamos ao céu por ele e por nós: o céu se comoveu; e condoído das nossas lágrimas, o restituiu aos nossos desejos, e à nossa extrema necessidade. Então cada português se deu por salvo, e considerou nos progressos da sua melhora a ressurreição da monarquia.

Frei Joaquim Forjaz, Set. 1789.¹

Escrita pouco tempo depois da morte do príncipe D. José (1761-1788), o primeiro na linha da sucessão da Dinastia de Bragança, esta *Oração* congratulatória de um importante súdito real

¹ FORJARZ, J. *Oração congratulatória pelo restabelecimento da importantíssima saúde do sereníssimo príncipe do Brasil nosso senhor na solene festa que celebrarão dos gentis-homens de sua Câmara no dia 5 de setembro de 1789.*

nos diz muito sobre as dificuldades políticas que a monarquia lusitana começava a enfrentar. Sem o primogênito, a sucessão da Coroa de D^a Maria passava para seu segundo filho varão, o príncipe D. João. Se este tivera uma “existência discreta” até os dezoito anos, na expressão de Jorge Pedreira e Fernando Costa, o seu casamento com D. Carlota Joaquina e a repentina necessidade de assumir a sucessão da Coroa como Regente mudariam definitivamente a sua vida.² Portanto, a vulnerabilidade da saúde do Príncipe do Brasil era questão temerária, refletindo-se, de certo modo, nas angústias espirituais e nos anseios políticos dos súditos ilustrados da Coroa portuguesa.³ Em outras palavras, a saúde de D. João simbolizava a vitalidade da monarquia, atestando, por outras vias, a proteção da nação lusitana contra as intempéries políticas europeias.

A escrita da *Oração* coincidiu com um momento de radicalismo político na França. Em 14 de julho de 1789, a sociedade parisiense colocava abaixo a Bastilha, maior símbolo do Antigo Regime francês. A despeito da voracidade com que se deu o início do processo revolucionário na Corte de Luís XVI, as primeiras notícias dos fatos não suscitaram grandes preocupações em

² PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI. Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 31.

³ Nesta obra utilizamos a ideia de súdito ilustrado baseados na definição da historiadora Tereza Cristina Kirschner. Segundo ela, “Os [súditos] ilustrados portugueses do final do século XVIII e início do XIX formavam um grupo, principalmente de funcionários régios, que pregava a ideia de civilização e progresso da sociedade, ancoradas em princípios científicos, e defendia reformas que não abalasses as estruturas do Antigo Regime. Apropriaram-se das ideias de Newton e Adam Smith, do direito natural renovado da época moderna, separaram a teologia da filosofia, mas reconheciam os limites da razão humana, e por isso justificavam a necessidade da Revelação nos casos em que a Razão mostrava-se insuficiente.” KIRSCHNER, Tereza Cristina. “D. Rodrigo de Souza Coutinho e os ilustrados da Corte de D. João” In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia. *1808: a corte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010. p. 221.

Portugal. No Reino, a percepção das transformações foi lenta. “Durante vários anos as mudanças foram entendidas em um nível que causava estupefação e mesmo horror, mas que nada alterava de essencial na ordem europeia”, explicam Pedreira e Costa.⁴

Durante a década de 1790, os rumos da Revolução Francesa afetariam de forma patente o destino das demais monarquias absolutistas no Velho Continente, mormente na Península Ibérica. Tal foi a ebulição política em solo francês que a circulação das ideias consideradas sediciosas pela realeza portuguesa tornou-se um sério problema a ser enfrentado. Em finais de 1794, para evitar a contaminação dos “maus princípios”, D^a Maria I sancionava mudanças importantes: houve o restabelecimento da censura tríplice, quando se deu a revogação da censura unificada da época pombalina (cujo órgão de destaque era a Real Mesa Censória). Na prática, o controle de livros e escritos no país retrocedia às antigas instâncias de poder com domínios de atuação tripartidos entre a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço.⁵

⁴ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI... Op. Cit.*, p. 59.

⁵ D. João VI, em nome de D^a Maria I, sancionou em 30 de julho de 1795 um alvará que regulamentava os novos critérios de censura de livros, sendo que a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço passavam a ter funções distintas. Ao Ordinário autorizava-se a censura das doutrinas religiosas e referentes à disciplina eclesiástica; o tribunal da Inquisição tinha como responsabilidade o zelo pela pureza doutrinária, cujo foco era a repressão das heresias e, por fim, o Desembargo do Paço se reservava ao exame e a censura das doutrinas que pudessem corromper os “bons costumes públicos da Nação”, as leis e os direitos da Coroa, que, por ventura perturbassem a paz geral do Estado. Para uma análise detalhada acerca da diversidade da atuação desses órgãos, ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devção, Atos de Censura: cultura religiosa na América Portuguesa*. São Paulo: Editora Hucitec /FAPESP, 2004; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Comércio de livros e censura de ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822).” In: *Ler História*, 23, 1992; VILLALTA, Luiz Carlos, “Censura literária e inventividade de dos leitores no Brasil Colonial”. In: TUCCI, Maria Carneiro (Org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

Apesar de essas alterações na política impressa da Coroa portuguesa estarem diretamente vinculadas à figura da Rainha, desde 1792, D. João atuava como Regente *de fato* da monarquia portuguesa; em decorrência da constatação da doença da mãe. A governança informal do Príncipe do Brasil durou até 1799, quando foi sancionada a regência *de jure*.⁶ A partir de então, ele passava a ser assumidamente a cabeça absoluta do Império Português, chancelada na sua assinatura como “Príncipe Regente”. A despeito da formalização de sua condição política, a interinidade da regência continuava a ser um problema. Para Jorge Pedreira e Fernando Costa, esta situação foi invariavelmente de fragilidade, uma vez que suscitava maior dificuldade em dirigir os conflitos e as rivalidades entre seus ministros e conselheiros. “A fonte da autoridade era imperfeita”, asseguram os autores. A partir desta realidade, justificam que a própria capacidade pessoal do monarca era prejudicada diante da atuação de seus ministros que acabavam por ter preponderância diante da figura de um Regente.⁷

Mesmo concordando com o ponto de vista dos autores acerca da fragilidade da natureza do poder regencial, por outro lado, acreditamos que a ação política de D. João, considerada tradicionalmente como hesitante, e procrastinada, tinha essas características justamente pelo monarca ter uma profunda consciência do seu lugar enquanto governante da monarquia lusitana. Se essa posição se traduzia em um estilo de governar fortemente marcado pelo ouvir (talvez em demasia) os seus ministros, acreditamos que ele o fazia, precisamente, para conservar a Coroa sob sua cabeça, manipulando astutamente os conflitos e diferenças entre

⁶ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI... Op. Cit.*, p. 59-88.

⁷ *Ibid.*, p. 79.

seus homens de Estado.⁸ Aliás, diante da frágil natureza do seu poder, ter ministros com posições político-ideológicas divergentes, como foi o caso de D. Rodrigo de Souza Coutinho e Antonio de Araújo de Azevedo, provavelmente aparecia ao Regente como uma importante vantagem para manter-se à frente da governabilidade imperial e acima das disputas “partidárias”.⁹ Como já ressaltaram os historiadores Guilherme Pereira das Neves e Lúcia Bastos Pereira das Neves, nas grandes ou pequenas decisões políticas, D. João foi um governante guiado por um sólido bom senso.¹⁰

No que tange à “educação política” do Príncipe Regente, é fundamental salientar dois vieses. O primeiro deles refere-se à influência patente da concepção da *monarquia temperada*, a categoria política que permeou a “arte de governar” de D. João, seja como Príncipe Regente ou Rei do Império Português. Para esta concepção política em particular, destacou-se a grande influência

⁸ Sobre esse tipo de conduta, ver: GUIMARÃES, Alberto Carlos de Araújo. “Ação Cultural e Política no governo de D. João VI”. In: *Anais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Rio de Janeiro, v.3, p. 259-292, 1938, 1941.

⁹ Enquanto D. Rodrigo de Souza (Conde de Linhares) foi o líder do “Partido Inglês”, Antonio de Araújo de Azevedo (Conde da Barca) era o representante por excelência do “Partido Francês”. Neste aspecto, importa estabelecer os sentidos de um “partido” no mundo português, em fins do século XVIII e início do século XIX, em uma sociedade de Corte. Na acepção de Pedreira e Costa, “Trata-se de agrupamentos de pequenínissima dimensão, completamente informais e muito instáveis, constituídos por homens de corte unidos por ‘amizades’ em função da distribuição de lugares de governo. A designação de partidos era negativa, usava-se contra os adversários e ninguém a reconhecia em relação a si próprio e ao seu grupo”. Neste contexto, dois vieses foram fundamentais na luta pela ascensão política: as orientações diplomáticas em relação à França e Inglaterra e as divergências entre a primeira nobreza do Reino e os cortesãos denominados de “pombalinos.” PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI... Op. Cit.*, p. 82.

¹⁰ NEVES, Guilherme Pereira das; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “D. João VI”. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 121.

dos escritos políticos de Antônio Ribeiro dos Santos (1745-1818), súdito real de grande envergadura política em finais do século XVIII e início do XIX. Ao refletir sobre a natureza da monarquia temperada, Ribeiro dos Santos asseverava que “Os mesmos escritores que derivam de Deus o Poder supremo dos Reis nem por isso deixam de assentar que vem do Povo”.¹¹ Esta máxima determinava que nem na figura do monarca tampouco na do homem residia a natureza do poder: esta advinha de Deus. Por este prisma, a fonte do poder do rei era resultado de um consentimento do povo, que mantinha a legitimidade da monarquia, e cuja lei fundamental era fruto de um ato da vontade de todos, em que pese o papel das Cortes. A prática política da monarquia temperada, portanto, ao mesmo tempo em que afastava do Rei a figura do ser inatingível que governava por intermédio de um valido, também o aproximava de seus súditos.¹² Nas palavras da historiadora Iara Schiavinatto,

O poder do rei se constituiu na discussão política, no processo pelo qual o pacto e a soberania se elaboraram, nas práticas sociais e nos debates jurídicos, mas também implicou uma dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, procissões não são apanágio ou têm um peso menor. Na conjunção destes sentidos encontramos o rei sacralizado e, ao mesmo tempo, a participação política.¹³

A partir dessa concepção teórica, compreendemos melhor a atuação política de D. João durante a sua governança (1792-1826), já que uma de suas mais destacadas “qualidades” era saber

¹¹ O texto em questão foi intitulado *Sobre a Origem do Poder do Príncipe* e faz parte do acervo da BNP. Seção de Reservados. Cód. 4668.

¹² SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 31.

¹³ *Ibid.*, p. 36.

ouvir os seus ministros e conselheiros e, em maior extensão, os seus súditos em geral.¹⁴ Ao longo de sua governança D. João foi um monarca que consultava e parecia se orientar pelas opiniões, no geral contrastantes, de seus súditos ilustrados, quer sejam ministros ou escritores. Um governante que negociava mercês com seus súditos, que, de alguma forma, o auxiliavam nas múltiplas tarefas da governança. Um rei que também se movimentava pela pressão da sociedade, visando, sobretudo, a garantir a coesão e integridade do todo, em outras palavras, a conservação do Império; tomando a iniciativa de propor e administrar instituições que atendessem a seus interesses particulares, mas também às expectativas desta sociedade. Um rei situado entre a preservação do poder para a dinastia, as reivindicações conflitivas da sociedade e a competição internacional.

O segundo viés faz menção à sua educação formal propriamente dita. Mesmo não sendo o primogênito, sua formação foi primorosa. Afinal, a possibilidade de “ser Rei”, como, de fato foi, existia no horizonte. O domínio das leis e da língua francesa – base para a diplomacia europeia no século XVIII – esteve entre os principais quesitos de seu conhecimento. A história nacional, assim como a geografia mundial, também eram itens primordiais. Quanto às obras de literatura, algumas inclusive usadas com propósitos pedagógicos, a exemplo de François Fénelon, destacavam-se, principalmente as de Cícero, de Santo Ambrósio e de Erasmo.¹⁵

A governança de D. João (1792-1826) se desenrolou em um período de grandes turbulências políticas na Europa. Em meio aos acontecimentos da Revolução Francesa, com destaque

¹⁴ *Ibid.*, p. 30-8. Sobre a importância das Cortes nesse acordo, ver também esta obra.

¹⁵ PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI... Op. Cit.*, p. 42-43.

para a ascensão e queda de Napoleão Bonaparte como Imperador da França (1804-1814) até o eclodir da Revolução do Porto (1820), as responsabilidades do monarca português eram cada vez maiores. Para ele, governar esteve intrinsecamente associado à salvaguarda da integridade política do Império Português, constantemente ameaçada ao longo de mais de duas décadas devido aos meandros de um intrincado jogo político de dimensões interatlânticas. Não nos ataremos aqui em detalhar todos os pormenores desse complexo jogo político¹⁶; destacamos, todavia, dois pontos que consideramos centrais para o sucesso da sua missão como governante de uma monarquia absolutista na Europa: a difícil diplomacia do governo joanino com as nações do Velho e do Novo Mundo, e a busca pela constituição da soberania política, especialmente através da preponderância de projetos culturais voltados para a formação intelectual de seus súditos ilustrados.¹⁷

Para o alcance desses objetivos, D. João não mediu esforços. No Reino, o monarca deu continuidade à política cultural do governo mariano de fomento artístico e científico que, na prática, destinava especial atenção a quatro *locus de saber* voltados ao

¹⁶ Há uma ampla e importante bibliografia sobre a particular inserção de Portugal na diplomacia europeia entre os anos de 1780 a 1820 bem como sobre seu governo. Dentre algumas obras, citamos: ALEXANDRE, Vazlentic. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993; ALVES, José Augusto dos Santos. *A opinião pública em Portugal. (1788-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma, 2000; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810)*. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2008; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1974; LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

¹⁷ Para uma minuciosa análise acerca da diplomacia da Coroa portuguesa e depois luso-brasileira no período ver: MENEZES, Lená Medeiros. “Diplomacia joanina” In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino... Op. Cit.*, p. 132-136.

progresso da arte e da ciência: a Academia de Ciências de Lisboa, a Academia da Marinha, a Biblioteca Pública da Corte e o Teatro de São Carlos. Com o avanço das tropas napoleônicas em Lisboa, em novembro de 1807, e a mudança da sede da Coroa para o Brasil, os desígnios eram grandiosos. O projeto de implantação de um *novo e poderoso Império* deste lado do Atlântico era intrínseco à reestruturação do Rio de Janeiro como uma *nova corte* à semelhança de Lisboa. Afinal, a partir de 1808, a cidade tornava-se a residência da Dinastia de Bragança.¹⁸

Com o Rio de Janeiro como sede imperial, houve numerosas e significativas mudanças que passaram a ocorrer cotidianamente nos múltiplos universos da América Portuguesa. De acordo com Lilia M. Schwarcz, “o governo percebeu que precisava amenizar as tensões e agradar aos comerciantes lesados; para a preservação da monarquia, era preciso, também, atrair o apoio dos proprietários de terras, que sempre garantiram a produção agrícola para a exportação”. Nessa análise, a autora ressalta a importância da estruturação e/ou criação das instituições reais. “Sem perder tempo, foi criada a Câmara de Registros das Mercês e, em 1810, a Corporação de Armas para organizar com eficiência o nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras”.¹⁹ Foram criados a Real Academia da Marinha (1808), a Real Academia Militar (1810), o Teatro S. João (1813), a Real

¹⁸ Para a compreensão do projeto político de constituir um novo e poderoso Império no Brasil, ver o clássico trabalho de Maria de Lourdes Viana Lyra. *A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. Já sobre a o Rio de Janeiro como *nova corte*, ver CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma idéia de cidade ilustrada: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 255.

Biblioteca (1814), o Jardim Botânico, e a Escola Médico-Cirúrgica (1813), instituições régias que proporcionaram o nascimento de uma nova dimensão do saber e da circulação das ideias, mesmo que essas estivessem alicerçadas por um aparato censório de extensa monta.²⁰ “Tal novidade vinha inserida numa retórica normatizada do poder, da burocracia, cheia de etiquetas, de modo a arrefecer o impacto do acontecimento”, analisa a historiadora Iara Lis Schiavinatto.²¹ A pesquisadora, salienta, ainda, que inserir a sociedade fluminense neste novo mundo e também em uma nova sociabilidade e prática discursiva mantinha a “tendência e tentativa de conservar o mundo tal qual era conhecido [...] com o próprio poder monárquico que mudava *desde que se conservasse*, [pois] buscava sua manutenção e continuidade”.²²

A estruturação e o funcionamento dessas instituições régias, no entanto, estavam estritamente vinculados a um projeto político administrativo do Império Português, cujas raízes remontam aos debates do século XVI.²³ Para além de suscitar uma

²⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção... Op. Cit.* Ver especialmente capítulos 4 e 7, em que a historiadora analisa os procedimentos da censura joanina e da atuação dos censores (cap. 4) tanto quanto mostra os sentidos e significados de ser censor na sociedade joanina do Antigo Regime, no Rio de Janeiro. (cap. 7).

²¹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “D. João VI no Rio de Janeiro: entre festas e representações.” In: *Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000. p. 51.

²² *Ibid.*, p. 51.

²³ Há uma bibliografia muito vasta sobre o período joanino que engloba os mais diferentes assuntos. Entre as obras clássicas citamos LIMA, Oliveira. *D. João... Op. Cit.* ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Edições Afrontamento, Lisboa, 1993; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)*, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994. Uma importante discussão historiográfica sobre a contribuição das obras referentes ao período joanino (1809-1821) pode ser encontrada em CASTRO. Giovanna Milanez de. *O Palco da realeza: as transformações no espaço urbano e nas práticas sociais no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Monografia. 2012.

discussão sobre as bases de um projeto político, a transladação da monarquia no início do século XIX também objetivava atingir metas culturais mais amplas, as quais o historiador Afonso Carlos Marques dos Santos denominou de “*projeto civilizatório*”, cuja principal finalidade era a *ocidentalização*, que comportava tanto “a importação de padrões civilizatórios europeus como uma tentativa de inserir esta parte do mundo no Ocidente”, transformando o Rio de Janeiro em um autêntico laboratório de civilização sob a perspectiva de uma Europa possível.²⁴

O fato central é que, ao longo de treze anos (1808-1821), essas novas instituições mudariam, definitivamente, a face da América Portuguesa. Para além da criação de um conjunto significativo de órgãos administrativos, militares e judiciários como a Intendência da Polícia, a Real Academia Militar, a Casa da Suplicação, os régios tribunais do Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, o Conselho de Justiça, entre muitos outros, houve a implantação de instituições régias, as quais, mesmo vinculadas à manutenção da ordem política, possuíam um caráter científico e cultural que propalava uma nova perspectiva e realidade acerca da constituição do saber.

Em 13 de maio de 1808, por exemplo, D. João sacramentava a primeira oficina tipográfica, a *Impressão Régia*, que nascia como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento

p. 15-41. (Trabalho orientado pela Prof.^a Dr.^a Leila Mezan Algranti). Sobre o debate historiográfico recente e as principais obras que vieram a público em 2008 devido ao bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil ver: LUSTOSA, Isabel. “O período joanino e a eficiência de alguns textos desbravadores”. Disponível em: <http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_16_Isabel_Lustosa.pdf> Acesso em: 20 mar. 2010.

²⁴ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A fundação de uma Europa possível” In: *Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000. p. 9-10.

da Coroa deste lado do Atlântico, onde se manteve “sem interrupção com as mesmas praxes e rotinas”²⁵, cujas funções eram imprimir *exclusivamente* todos os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço de todas as repartições, imprimir obras de particulares e produzir a *Gazeta do Rio de Janeiro*.²⁶ Segundo Rubens Borba de Moraes, também foi uma excelente editora, publicando dezenas de livros de grande valor cultural que convergiam “de maneira extraordinária para o progresso dos espíritos” deste lado do Atlântico.²⁷

O nascimento da Real Academia Militar, em 1810, aparecia aos contemporâneos como um *espaço de saber* no qual a produção e a troca de conhecimento científico de ponta foram indissociáveis de uma meta política mais ampla: a segurança dos domínios imperiais através da defesa do bem público de todo o corpo social, além da formação intelectual dos súditos ilustrados da Coroa. Em tempos de guerra contra Napoleão Bonaparte, era premente a preocupação com a formação de um exército, assim como de bons engenheiros.

Com a fundação do Teatro São João, em 1813, a sociedade da corte passava a ter acesso a um amplo universo de representação artística: peças teatrais, concertos musicais, enfim uma ampla gama de produções artísticas encenadas por artistas europeus acabava por englobar a sociedade fluminense, agora em estrito contato com valores “civilizados”. Como bem observou Jurandir Malerba, havia uma continuidade entre o palco, o púlpito, a rua

²⁵ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979. p. 100.

²⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp 1993. p. XVIII.

²⁷ Cf. MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 310.

e o palácio real, uma vez que os mesmos símbolos circulavam por toda a cidade. “Servia o teatro para as mais variadas formas de reverência dos fluminenses de extração elevada e da corte [...] era ali o lugar privilegiado onde se reiteravam os vínculos de fidelidade dinástica”, considerado também o centro da vida cortesã, explica o historiador.²⁸

Já em 1814, era aberta ao público a Real Biblioteca, que, ao institucionalizar o acesso à leitura e a um amplo universo cultural vigente no Velho Mundo, também trazia consigo novas práticas e hábitos culturais. “As estantes, as papelarias, os mapas, os enfeites, as canetas de pena, os tinteiros, os livros falsos de guardas douradas, – mas também as ideias de sedição, as novas soluções e as tertúlias literopolíticas que tinham como alvo certo a própria ordem cultural” faziam agora parte de um universo que transcendia o rigor que a proibição das leis e a atuação dos censores poderiam prever.²⁹

Se, durante os anos das guerras napoleônicas (1808 a 1815), a Coroa praticou uma política real baseada em um rígido controle sobre a entrada de estrangeiros, sobretudo de origem *francesa* e *espanhola*, assim como na proibição da circulação de obras de origem francesa, consideradas “sediciosas”; também é fato que, com o fim do apogeu napoleônico, Portugal e França reataram as relações comerciais. Neste novo cenário, houve uma visível

²⁸ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às às vésperas da Independência (1808-1821)*. Cia. das Letras, São Paulo, 2000. p. 98. O paralelo que se pode traçar entre as mudanças na estrutura da sociedade ocidental e o mundo da representação artística, sobretudo do teatro, desde a segunda metade do século XVIII, é riquíssima. Há um clássico de Diderot a esse respeito. Mais recentemente, voltam ao assunto Jürgen Habermas e Richard Sennett, com interpretações contraditórias.

²⁹ SCHWARCZ, Lília. *A longa viagem... Op. Cit.*, p. 256-257. Para a atuação da censura e dos censores no período ver ALGRANTI, L. *Livros de Devoção, Atos de Censura... Op. Cit.*

mudança de enfoque em relação tanto às notícias de origem francesa, que eram veiculadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, quanto em relação à política cultural da Coroa no universo luso-brasileiro.³⁰ Como salienta a historiadora Lúcia Neves, a principal consequência desse processo é que a “influência francesa passou a ter um papel significativo nas relações culturais”.³¹

Para além dessas instituições, em 1818, era fundado o Museu Real que, sob a direção do Frei José Batista da Costa Azevedo, franciscano e professor de botânica e zoologia da Real Academia Militar, tinha como objetivo estimular os estudos de botânica e zoologia no local. Mesmo não possuindo um rico acervo, foi “aberto com uma pequena coleção doada pelo próprio D. João e composta de peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais”³², também sendo concebido como um local onde se preservava a *memória* da nobreza portuguesa ao longo das gerações.³³ Além dessas instituições de grande importância científica e cultural, vemos, ainda, o florescimento de outras iniciativas reais, como a fundação, em 1813, da primeira revista literária, *O Patriota*. Dirigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, homem de letras e ciência de notória expressão do Império Português, o periódico circulou até fins de 1814, sendo uma respeitável iniciativa da política cultural joanina.

³⁰ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, 2008. p. 130.

³¹ NEVES, Maria Bastos P. “O privado e o público nas relações culturais do Brasil com França e Espanha no governo joanino”. In: *Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000. p. 195. Em relação ao projeto da Missão Artística Francesa há controvérsias dentro da historiografia que serão devidamente enfocadas no capítulo 2 desta tese, intitulado: Teatro e cultura artística no mundo luso-brasileiro.

³² SCHWARCZ, Lilia. *A longa viagem... Op. Cit.*, p. 256-257 (Grifo nosso).

³³ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio:... Op. Cit.*, p. 165.

Todos esses empreendimentos e transformações também apareciam no comportamento político e cultural da sociedade joanina que, desde a chegada da Corte, tinha acesso a periódicos, obras literárias, almanaques e folhinhas portuguesas que contribuíam para o fim da restrição das práticas de leitura nos espaços de intimidade pessoal ou, mais propriamente, familiares.³⁴ De acordo com a historiadora Andréa Slemian, a prática de leitura de periódicos e a discussão das questões políticas em estalagens e bares passavam a ser atividades rotineiras, naturalizando-se, portanto, o exercício da crítica e, ao mesmo tempo, minando-se as bases da ordem instituída. “Era aí que a crise política se desdobrava na esfera do cotidiano, informando novas ideias e opiniões que coexistiam com aquelas predominantes da monarquia absolutista”, conceitua a autora.³⁵ Nesse sentido, compreendemos que essas transformações resultam de um processo histórico amplo, singular e complexo, cujas mudanças perpassaram os diversos âmbitos da vida no Império Português.

Entre as realidades vividas em Lisboa e no Rio de Janeiro, todavia, havia uma diferença fulcral: a escravidão. À época da chegada da Corte, em 1808, o Rio de Janeiro tinha em torno de 60.000 mil habitantes. No final do período joanino, em 1821, população havia crescido 32,2%, sendo deste total, 43.139 homens livres e 36.182 escravos.³⁶ Como nos mostra Manolo Florentino, por volta de 1808, 640 mil escravos foram embarcados para o Brasil. “Tratava-se do maior tráfico negreiro das Américas,

³⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: SOUZA, Laura de Melo (Org.). *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 332-385.

³⁵ SLEMIAN, ANDRÉA. *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2000. p. 88.

³⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988. p. 29.

desvelando a firme opção das elites luso-brasileiras de reprodução externa de sua principal mão-de-obra, na contramão do abolicionismo [que se iniciava na época]”³⁷

Se a escolha das elites luso-brasileiras foi pela preservação do trabalho escravo, e, se a interiorização da metrópole, na aceitação da historiadora Maria Odila da Silva Dias, era um processo irreversível, as consequências da mudança de *status* do Rio de Janeiro, invariavelmente, tinham um alto preço a ser pago: por mais que a *nova Corte* tenha se tornado, ao longo desses treze anos de residência real, uma urbe com fortes traços cosmopolitas, a escravidão urbana pelas ruas do Rio de Janeiro era uma realidade. Aos olhos da grande maioria dos viajantes europeus, que já viviam a força transformadora das **relações de trabalho livre**, advinda da Revolução Industrial no Velho Mundo, a manutenção da escravidão no Brasil era um abismo intransponível para a **civilização e o progresso** tão almejados pelo ideal iluminista.

Ao adentrarmos no Rio de Janeiro joanino no alvorecer d’Oitocentos, encontramos o que o historiador Sérgio Barra denominou de duas cidades sobrepostas: a Corte, em busca da civilização dos costumes à moda europeia; e a Cidade, vivida pela grande população de negros, libertos, mestiços, homens livres e homens pobres. O entrecruzamento de sujeitos históricos absolutamente tão diversos redesenhava, na *nova Corte*, cotidianamente, duas *sociabilidades* distintas.³⁸ “Duas *cidades* que, apesar de divergentes em muitos pontos, não existiam isoladamente, que, por dividir o mesmo espaço apresentavam necessários pontos de

³⁷ FLORENTINO, Manolo Garcia. “Escravidão”. In: NEVES, Guilherme Pereira das; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “D. João VI”. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Joanino... Op. Cit.*, p. 150.

³⁸ BARRA, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 20-21.

contato, trânsito e trocas culturais”, conceitua Barra.³⁹ A ciência desta importante transformação cultural provocada pelo contato cotidiano entre os “donos do poder”⁴⁰ e a grande massa de escravos pelas ruas da capital nos coloca diante da política da Coroa para os cativos. Pelo Código Criminal do Império, que previa a permanência dos castigos corporais, defendia-se a punição física feita às portas bem abertas do espaço público, com a constante repressão policial maculada na figura do Intendente Geral da Polícia (Paulo Fernandes Viana).⁴¹

Apesar da centralidade da escravidão como problemática histórica para o Brasil Oitocentista, ressaltamos que nosso foco de análise neste estudo é voltado para a compreensão da política cultural de D. João em quatro diferentes *locus de cultura* sob uma perspectiva interatlântica. E para a constituição destes *espaços de saber* de profícua interlocução social, a monarquia bragantina, invariavelmente, excluiu essa grande e fundamental parcela da sociedade joanina. Mesmo assim, há ainda um longo caminho de investigação histórica para que compreendamos com maior clareza os interstícios das constantes trocas culturais entre mundos e sujeitos históricos tão díspares com convivências cotidianas tão próximas no espaço público no período joanino. Investigação tão importante, contudo, foge aos limites e propostas deste trabalho.

O objeto de investigação deste estudo nasceu da seguinte indagação: houve uma política cultural no período joanino? Em caso afirmativo, o que teria sido esta política cultural e como

³⁹ *Ibid.*, p. 21.

⁴⁰ Utilizamos aqui e famosa expressão cunhada pelo trabalho clássico do historiador Raymundo Faoro In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10. ed. 2 vols. São Paulo, SP: [s.n.]; [S.l.]: Globo: Publifolha, 2000.

⁴¹ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente... Op. Cit.*, p. 37.

poderíamos compreendê-la.⁴² A maior dúvida recaía sobre a ação do Estado monárquico voltada para os espaços de cultura,

42 Uma análise mais detida da historiografia luso-brasileira sobre as transformações da monarquia portuguesa na Idade Moderna aponta-nos a utilização recorrente do termo *política cultural* para a compreensão das ações governamentais no campo da cultura nos mais diversos espaços, tais como bibliotecas, museus, universidades, teatros, tipografias, academias científicas e literárias entre outros. Para os estudos portugueses, destacamos: DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, 1969. 2 vols; FERRAUD, Luís Almeida. “D. João V e a biblioteca real”. *Revista da Universidade de Coimbra*. N.ºXXXVI, 1991. p. 415-437; CLUNY, Isabel; BARATA, Paulo. J. S. “A propósito de um documento da política cultural joanina”. In: *Leituras*. Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa, S. 3. N. 3, p. 129-139, 1998; CURTO, Diogo Ramada. “Cerimônias públicas e academias no Brasil”. In: *Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 419-442; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A impressão Régia do Rio de Janeiro e a Cultura Científica” In: *Revista Portuguesa de História do livro*, Lisboa; Edições Távola Redonda, Ano XII, Vol. 23, p. 215-231, 2009. Para aqueles estudos que investigam a interseção entre o universo da política e da cultura sem, no entanto, utilizar-se do termo *política cultural* há uma enorme gama de autores que são analisados ao longo deste trabalho. Nesta nota, citamos apenas aqueles que consideramos referenciais teóricas para nossa investigação. ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de Devoção... Op. Cit.*; ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas I*. Lisboa: Livros Horizontes, 2003; DIAS, Maria Odila da Silva, “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 278, 1968; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995; MORAES, Rubens Borba de. *Livros... Op. Cit.*; SCHWARCZ, Lília Mortiz. *A longa... Op. Cit.*; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa... Op. Cit.*; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia... Op. Cit.*; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “O privado e o público nas relações culturais do Brasil com França e Espanha no governo joanino”, In *Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000; SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*. São Paulo: HUCITEC, 2006; SCHIAVINATTO, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999; VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala... Op. Cit.”, p. 332-385; VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reforma, censura e contestação*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

ou seja, interrogávamo-nos de que maneira esta prática da Coroa havia ocorrido. Neste sentido, objetivamos a reflexão sobre a política do governo joanino voltada para quatro *locus de cultura* da sede do Império Português, seja Lisboa ou Rio de Janeiro. A escolha da investigação recaiu sobre a imprensa interatlântica, os Reais Teatros, as Reais Academias Militares e as Reais Bibliotecas Públicas da Corte, uma vez que esses espaços mantêm uma característica em comum: em graus díspares, todas essas instituições foram prioritariamente *locus* de produção e circulação de informação e saber, além de impulsionarem a discussão e a sociabilidade pública. Ademais, todos os espaços foram pensados, estruturados e vivenciados pela sociedade joanina, tendo o forte incentivo governamental pautado pelo diálogo com as luzes advindas da cultura da Ilustração.

A opção por esses quatro *locus* (e não outros) igualmente se justifica pelo nosso interesse em compreender suas particularidades culturais. Nosso desígnio, contudo, não era produzir quatro teses diferentes – uma para cada instituição de saber/cultura –, mas, antes, visualizar em que medida existia um *elo* entre esses espaços. Isto é, interessava-nos conhecê-los através da percepção das diferentes estratégias administrativas do governo joanino para cada um dessas instituições, em que pese (em um âmbito mais amplo) a política imperial ilustrada como mola mestra da sustentação do Império luso-brasileiro, mormente em um momento de grave crise política. Neste sentido, e devido à amplitude dos enfoques de pesquisa para cada um desses *locus*, optamos por circunscrever nossa discussão historiográfica para cada uma dessas instituições de cultura ao longo dos capítulos.

A imprensa interatlântica foi eleita como objeto de estudo por ser a grande novidade no Brasil no início do século XIX. Diferentemente da América Espanhola, que contava com tipografias

e universidades desde o século XVI, a América Portuguesa fora privada por mais de três séculos de um contato mais amplo com a palavra impressa, fosse através da livre circulação de livros, fosse pela leitura de periódicos estrangeiros. Para além disso, a imprensa é um dos principais espaços de formação da opinião pública. No caso da imprensa oficial joanina, ainda podemos visualizar a constituição do discurso real dentro de um contexto histórico específico de crise política. Neste sentido, estudá-la como *locus* de saber nos permite também olhar para as relações culturais tecidas pelo governo joanino através da ação política e diplomática.

A análise dos Reais Teatros nos despertou interesse justamente por serem estes o espaço da arte, onde dramaturgos, atores e empresários teatrais desempenhavam suas funções em prol da criação artística através de peças de teatro, recitais etc. e, com isso, reiteravam os valores morais da sociedade de corte no espaço público. Ademais, não podemos nos esquecer de que o teatro era o espaço da pedagogia política da monarquia, onde a visibilidade da figura real ganhava uma magnitude ímpar no espaço público.

A Academia Militar foi escolhida por três razões: a primeira, por ser o maior espaço de ensino formal no Brasil; a segunda, pelo fato de o Império Português estar imerso em um contexto histórico de crise política e de guerra explícita contra a França napoleônica que colocava em cena a manutenção da integridade imperial; e a terceira, pela grande repercussão que a criação deste *locus* teve na imprensa periódica da época. Se, em 1812, o *Correio Braziliense* e *O investigador Portuguez em Inglaterra* travaram uma interessante polêmica acerca dos *sentidos* de se possuir uma Academia Militar na nova sede do poder político, ainda ao longo de todo o período joanino, a *Gazeta do Rio de Janeiro* destacou as notícias voltadas para o universo militar, independentemente de serem referentes à Real Academia Militar ou, mais amplamente, à importância do papel dos militares para o Império Português.

Já quanto às Reais Bibliotecas, nossa preocupação esteve intimamente associada à compreensão do complexo mundo das letras. A primazia dava-se para a ação da Coroa voltada para as práticas de leitura dentro de um *locus* específico, cuja preocupação era a constituição de um importante acervo documental materializado nos livros. Por esse prisma, se o sentido da estruturação, vigência e manutenção de tal instituição em si nos despertou grandes curiosidades, também a atividade de seus principais agentes culturais (bibliotecários e ministros régios) nos aparecia como digna de estudo. Por outro lado, consideramos também a produção dos livros, a circulação das novas ideias e a visibilidade dos limites entre a censura e a crítica ao *status quo*.

O recorte temporal desse trabalho é a governança de D. João (1792-1821) nos dois lados do Atlântico, sendo o ponto de partida da nossa investigação o início de sua Regência *de fato* (1792) e o ponto final, o seu retorno a Lisboa (1821). Ademais, para melhor delimitarmos as especificidades de cada um desses espaços de cultura, partimos de um viés transatlântico. Exceto para a imprensa, em que tentamos delinear a natureza da política cultural a partir do discurso de periódicos financiados ou apoiados pela Coroa portuguesa (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, *O Patriota*, *a Gazeta do Rio de Janeiro* e *Observador lusitano em Paris*), os demais espaços foram enfocados a partir de um viés comparativo de análise: sob esse prisma, percebermos em que medida há semelhanças e singularidades entre os diferentes *locus de cultura* vigentes no Brasil (Reais Teatros, Real Academia Militar e Biblioteca Pública da Corte) e suas congêneres lisboetas. Por fazerem parte do mesmo Império, porém com as devidas singularidades, esses dois mundos que se entrecruzaram, afastaram-se e se complementaram ao longo da governança joanina no Brasil.

Assim, o Capítulo primeiro deste trabalho investiga os possíveis sentidos discursivos da imprensa interatlântica joanina e o debate entre os principais jornais produzidos em Londres, *O Correio Braziliense* (1808-1822) e *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), com especial atenção para a relação entre o monarca D. João e o jornalista Hipólito José da Costa. As demais produções periódicas financiadas ou apoiadas pela Coroa portuguesa como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* e *O Observador lusitano em Paris* também foram foco de nossa análise. Nesse sentido, repensamos o papel da própria imprensa como fonte e objeto de pesquisa para história da cultura, assim como tentamos evidenciar a importância da imprensa interatlântica como elo fundamental de sustentação da política e das ações culturais de D. João demonstradas também pelos bastidores da diplomacia portuguesa nos dois lados do Atlântico.

O segundo capítulo tem como tema a estruturação e vigência dos principais teatros régios nos dois lados do Atlântico, o Teatro de São Carlos, em Lisboa, o Teatro de São João, no Porto, e o Teatro de São João, no Rio de Janeiro. O foco de análise é a compreensão da importância do teatro como *locus de cultura* fundamental da política cultural joanina, concebido como uma prática espiritual não secularizada com intuito pedagógico e civilizador. Nesse sentido, discutimos a relação da vigência do espaço de cultura com a transmissão dos valores morais a serem difundidos na sociedade de Corte; fator indissociável da formação moral dos súditos ilustrados da monarquia luso-brasileira.

O capítulo terceiro tem como tema a estruturação e vigência dos principais *locus de cultura* científica no Império Português, com destaque para a Real Academia de Ciências de Lisboa e a Real Academia Militar do Rio de Janeiro. Precisamente, a discussão gira em torno da capitalidade imperial do governo

português, sobretudo dentro de um contexto histórico beligerante europeu, no qual o Reino sofreu três invasões do exército de Napoleão Bonaparte, além de circunscrevê-lo como um espaço primordial de educação formal dos súditos ilustrados da monarquia luso-brasileira.

O quarto e último capítulo da pesquisa tem como tema a compreensão da importância das Reais Bibliotecas, com destaque para a Biblioteca Pública de Lisboa e a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. A política cultural joanina na transladação, estruturação e vigência da Biblioteca de Lisboa para o Brasil, assim como a figura do bibliotecário como agente fundamental no processo de *secularização* do saber são os focos de nossa discussão. Nesse sentido, discutimos em que medida era fundamental para a Coroa portuguesa possuir uma Real Biblioteca na sede da sua residência, reiterando a produção de novas práticas culturais no universo da cultura letrada, que é indissociável da formação intelectual dos súditos ilustrados.

Esta investigação não esgota as múltiplas possibilidades de estudo acerca dos *loci de cultura/saber* ou mesmo das ações governamentais isoladas do Estado monárquico luso-brasileiro no universo da cultura. Pelo contrário, nosso estudo é apenas uma tentativa inicial em busca da compreensão da complexidade intrínseca à vigência dessas ações culturais em um âmbito oficial que perpassaram o governo joanino ao longo de pouco menos de três décadas (1792-1821). Talvez, a nossa busca quase obcecada em descortinar o que possa ter sido a política cultural de D. João seja mais uma leitura possível acerca de um período histórico já clássico dentro da historiografia luso-brasileira.